INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE, E POLÍTICA (ILAESP)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DO ESPORTE NA INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS ESTUDANTES

AFONSO JOSÉ DALA

Foz do Iguaçu

2025

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE, E POLÍTICA (ILAESP)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DO ESPORTE NA INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS ESTUDANTES

AFONSO JOSÉ DALA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração pública e políticas públicas.

Orientador: Prof. Dr. Nayara Fatima Macedo De Medeiros Albrecht

Foz do Iguaçu

2025

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

AFONSO JOSÉ DALA

IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DO ESPORTE NA INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS ESTUDANTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração pública e políticas públicas.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. Dr. Nayara Fatima Macedo De Medeiros Albrecht

_____

Prof. Dr. Julio da Silveira Moreira

UNILA

_____

Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo

UNILA

Foz do Iguaçu, 07 de Dezembro de 2025.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

RESUMO

Este presente trabalho visa destacar a importância dos impactos das políticas públicas do Esporte na formação e integração social dos estudantes, visto que o Esporte é de suma importância na formação dos educandos em sua construção cognitiva, afetiva, familiar, social e humana. A prática esportiva é um dos pilares essenciais na formação integral dos estudantes, principalmente no contexto de se tratar da vulnerabilidade social. Por meio de estudos recentes, podemos demonstrar que o esporte, além de promover a saúde mental e física, contribui bastante como uma ferramenta no desenvolvimento das questões cognitivas e as competências socioemocionais, tais como: a resiliência; o autocontrole e; a empatia, o que indica que as atividades esportivas no contexto escolar, além de promover a saúde física e mental, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades sociais, trabalho em equipe e a resolução de conflitos e problemas. Diante disso, esta pesquisa visa tratar de alguns pontos que merecem reflexões, tais como: a história e o desenvolvimento das políticas públicas para o esporte na formação dos estudantes, num segundo momento tratar dos impactos dessas políticas públicas para o esporte no desenvolvimento físico, cognitivo, educacional, emocional e social dos estudantes e, finalmente, tratar de apontamentos positivos no intuito de aplicação dessas políticas públicas para o desenvolvimento estudantil corroborando para a formação de cidadãos mais conscientes.

Palavras-chave: Políticas Públicas – Esporte – Desenvolvimento Estudantil – Formação de Cidadãos.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

ABSTRACT

This paper aims to highlight the importance of the impacts of public sports policies on the development and social integration of students, since sports are of utmost importance in the development of students in their cognitive, affective, family, social and human development. Sports practice is one of the essential pillars in the comprehensive development of students, especially in the context of social vulnerability. Through recent studies, we can demonstrate that sports, in addition to promoting mental and physical health, contribute greatly as a tool in the development of cognitive issues and socio-emotional skills, such as: resilience; self-control and; empathy, which indicates that sports activities in the school context, in addition to promoting physical and mental health, play a fundamental role in the development of social skills, teamwork and the resolution of conflicts and problems. In view of this, this research aims to address some points that deserve reflection, such as: the history and development of public policies for sport in the education of students, in a second moment to address the impacts of these public policies for sport on the physical, cognitive, educational, emotional and social development of students and, finally, to address positive points with the aim of applying these public policies for student development, corroborating the formation of more conscious citizens.

Keywords: Public Policies – Sports – Student Development – Citizen Training.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

RESUMEN

Este trabajo pretende destacar la importancia de los impactos de las políticas públicas deportivas en el desarrollo y la integración social del alumnado, dado que el deporte es de suma importancia en el desarrollo cognitivo, afectivo, familiar, social y humano del alumnado. La práctica deportiva es uno de los pilares esenciales en el desarrollo integral del alumnado, especialmente en el contexto de vulnerabilidad social. A través de estudios recientes, podemos demostrar que el deporte, además de promover la salud mental y física, contribuye en gran medida como herramienta en el desarrollo de cuestiones cognitivas y habilidades socioemocionales, tales como: resiliencia; autocontrol y; empatía, lo que indica que las actividades deportivas en el contexto escolar, además de promover la salud física y mental, juegan un papel fundamental en el desarrollo de habilidades sociales, trabajo en equipo y la resolución de conflictos y problemas. En vista de ello, esta investigación pretende abordar algunos puntos que merecen reflexión como son: la historia y desarrollo de las políticas públicas para el deporte en la formación de los estudiantes, en un segundo momento abordar los impactos de estas políticas públicas para el deporte en el desarrollo físico, cognitivo, educativo, emocional y social de los estudiantes y, finalmente, abordar puntos positivos con el objetivo de aplicar estas políticas públicas para el desarrollo estudiantil, corroborando la formación de ciudadanos más conscientes.

Palabras clave: Políticas Públicas – Deporte – Desarrollo Estudiantil – Formación Ciudadana.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8
1.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 10
CAPÍTULO 1 – UM BREVE HISTÓRICO SOBRE AS PRÁTICAS ESPORTIVAS E O SURGIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE 11
1.1. Um Breve Histórico do Esporte na Humanidade 11
1.2. As Políticas Públicas no Brasil 13
1.3. O Esporte como política pública de Estado e o seu histórico de ações por intermédio de políticas públicas no Esporte 16
1.4. A Era Vargas 20
1.6. A década de 1970 e o programa de Esporte para Todos 21
1.7. As décadas de 1980 e 1990. 23
1.8. Os anos 2000 e as mudanças de paradigmas. 24
1.9. A Política Nacional do Esporte 25
CAPÍTULO II – A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE NA INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS ESTUDANTES 28
2.1. A política de esporte e a integração social dos estudantes 28
2.2. O Esporte e a Inclusão Social 29
2.3. O Esporte como Direito Social no Brasil 32
CAPÍTULO III – AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA MELHORIA DA VIDA DOS ESTUDANTES 41
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS 45
5 . REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 47

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

1. INTRODUÇÃO

A consolidação esportiva nas escolas tem seus pilares fundamentais na formação integralmente dos educandos, principalmente no contexto da vulnerabilidade mental e social. Por intermédio de estudos realizados no desenvolvimento das competências socioemocionais, juntamente com a resiliência, o autocontrole com a empatia que indica que as atividades esportivas nas escolas promovem a saúde física, juntamente com as habilidades cognitivas e sociais, De acordo com Bracht (2003), o esporte escolar deve ser compreendido como um espaço de formação cidadã, no qual os estudantes constroem valores como cooperação, respeito e disciplina resolvendo por meio da empatia e o trabalho mútuo na resolução dos problemas.

Quando utilizamos o ensino-aprendizagem por meio da Educação Física e programas esportivos, mesmo após o horário escolar, as políticas de esporte corroboram e facilitam com significância os processos de inclusão social, Nesse sentido, conforme Tubino (2010) destaca, o esporte, ao ser tratado como direito social, amplia oportunidades de participação e contribui para a diminuição das desigualdades sociais.permite que estudantes de diversas origens culturais e sociais desenvolvam seus relacionamentos interpessoais mais solidificados e com habilidades socioeducativas. Tais programas são especialmente eficazes em contextos onde a diversidade cultural está existente, o que contribui para a construção de um ambiente escolar mais coeso e inclusivo.

Essas competências são cruciais no contexto da construção para um ambiente escolar saudável, demonstrando que a inclusão e a integração devem ser fomentadas por meio de interações positivas e colaborativas entre os estudantes. Por intermédio das práticas esportivas e estratégias para integração dos alunos de diferentes realidades socioeconômicas, pode contribuir assim para a redução de desigualdades, bullying e na promoção de uma convivência mais harmoniosa e inclusiva dentro das escolas, demonstrando como a educação e o esporte são ferramentas de integração social para estes alunos. Segundo Kunz (2004), o esporte nas instalações educacionais deve ser visto não apenas como prática física, mas como um fenômeno sociocultural que favorece o desenvolvimento humano integral.

O trabalho tem como objetivo destacar a importância das políticas públicas dos esporte e integração social dos estudantes, a história e o desenvolvimento da política dos esportes na formação dos estudantes, os impactos destas políticas no desenvolvimento físico, cognitivo e social dos estudantes. A prática esportiva é conhecida como um dos pilares

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

importantes e especiais no contexto da vulnerabilidade social, contribuindo significativamente no desenvolvimento cognitivo, social, e humanos educados.

A pesquisa é de natureza qualitativa, de carácter exploratório e descritivo, buscando se familiarizar com problema e descrever por meio de pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa envolveu seleção de e análise de documentos como artigos científicos, leis, livros e textos institucionais.

Este trabalha entende demonstrar que, mesmo com a importância do esporte na formação das novas gerações, existem diversas lacunas no que diz respeito à avaliação da efetividade das políticas públicas do esporte na prática esportiva e inclusão dos estudantes. Analisando esse cenário, pode-se contribuir tanto na aprimoração do entendimento acadêmico desse importante tema quanto nas ações dos governantes, gestores e formuladores de política públicas do esporte.

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), alerta que:

> Apenas 15% dos adolescentes brasileiros estão praticando o suficiente de atividade física. Estudos indicam que 84% dos adolescentes brasileiros entre 11 a 17 anos são menos ativos do que deveriam, e essa taxa não apresentou melhora significativa nos últimos 15 anos. A OMS recomenda que jovens nessa faixa etária façam pelo menos 60 minutos de atividade física moderada cinco vezes por semana. Vale notar que existe uma diferença de gênero nesses níveis de atividade física: enquanto 78% dos meninos brasileiros fazem menos exercício do que deveriam, o percentual é de 89% entre as meninas (OMS, 2020).

Podemos observar que em meio a esta complexidade, o papel da pesquisa acadêmica torna-se cada vez mais relevante, pois se trata de inclusão social, integração educacional e mesmo de saúde pública, o que nos leva a pautar esse relevante tema para as futuras gerações. Em nossa atualidade educacional e de saúde dos estudantes, faz-se crucial o reconhecimento do papel multidimensional que as atividades físicas e a prática esportiva exercem no desenvolvimento integral das crianças e adolescentes por meio da saúde física, corroborando para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças e adolescentes.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

1.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se por natureza qualitativa de carácter exploratório e descritivo. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar uma familiaridade com o problema, visando assim torná-lo mais explícito e possibilitar a construção de hipóteses. Já a pesquisa descritiva busca compreender e detalhar fenômenos, registrando e analisando suas características sem, necessariamente, interferir neles.

Diante disso, este trabalho tem por intuito explorar e descrever, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, a historiografia das políticas públicas e contribuição do esporte no desenvolvimento dos estudantes, não apenas nas escolas, mas também, fora dela, dando continuidade aos benefícios que as práticas esportivas iniciadas no contexto escolar ou em programas sociais. A pesquisa bibliográfica consiste na análise de material já publicado em livros, artigos científicos, legislações e documentos institucionais, permitindo um aprofundamento teórico acerca do tema investigado (Lakatos e Marconi, 2003), o textos a ser usados nesta pesquisa serão preferencialmente extraídos do periódicos capes devido a sua fiabilidade, ademais usaremos também repositórios com google acadêmicos entre outras fontes. Trataremos dos impactos dessas políticas públicas para o esporte no desenvolvimento físico, cognitivo, educacional, emocional e social dos estudantes, a partir das análises das principais ideias defendidas pelos autores consultados, confrontando com o verificado no dia a dia. Finalizando, trataremos de apontamentos positivos no intuito da aplicabilidade dessas políticas públicas no desenvolvimento estudantil corroborando cada vez mais para a formação de cidadãos mais ativos e conscientes.

O procedimento metodológico envolveu três etapas. A primeira consistiu no levantamento bibliográfico e documental. A segunda refere-se à seleção e análise de documentos. por fim, as informações foram sistematizadas.

O trabalho buscou não apenas analisar o esporte como prática educacional e social, mas também refletir criticamente sobre a efetividade enquanto política pública, considerando tanto as contribuições quanto às lacunas existentes no processo de integração social estudantil e educacional.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

CAPÍTULO 1 – UM BREVE HISTÓRICO SOBRE AS PRÁTICAS ESPORTIVAS E O SURGIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE

1.1. Um Breve Histórico do Esporte na Humanidade

Os seres humanos estão interligados desde seu surgimento às atividades físicas, quando fugiam de animais predadores, em lutas por áreas e regiões e disputavam domínios no início das coletividades já na Pré-História. Podemos salientar que, a alimentação está ligada a necessidade básica da sobrevivência física humana, a mais antiga forma de atividade humana é que hoje podemos denominar como esporte.

Quando tratamos dos chineses, pode-se estimar que o Kung-Fu foi inicialmente desenvolvido há mais ou menos cinco mil anos, mesmo que seus primeiros registros possam datar de aproximadamente 1.500 a.C. Segundo Soares (1998), destaca que a prática corporal na antiguidade oriental tinha também uma dimensão espiritual e filosófica, integrando corpo e mente.

Já se tratando de práticas desportivas para os egípcios, teve seu início remoto, pois foram encontrados monumentos de diversos estilos, tanto dos egípcios, babilônios, assírios e hebreus com cenas de luta, jogos de bola, natação, acrobacias e danças. Para os egípcios, a luta corpo-a-corpo e mesmo com espadas foram datadas por volta de 2.700 a.C., e eram exercícios com a finalidade militar, já outros jogos poderiam ser tratados com caráter religioso. Conforme Bento (2004) ressalta que, entre os egípcios, a ginástica, a natação e os jogos de luta eram tanto práticas de preparação militar quanto rituais religiosos antigamente.

O primeiro povo europeu um alto grau civilizatório foram os gregos, tanto na Educação Física, como na Filosofia, a Lógica, a Arquitetura e as Artes em geral. Foi na Grécia Antiga que o esporte passou a ocupar um lugar relevante na sociedade, pois a Educação Física deixa o campo do militarismo e se torna um grande motivo de distinção social. Dessa maneira, a prática esportiva é a única atividade que, mesmo gerando suor, deixava os praticantes e cidadãos orgulhosos, já que o trabalho era dos escravos e não cabia aos homens livres.

Podemos acreditar que foram os gregos e os persas, os pioneiros na sistematização das práticas esportivas, estimando-se que por volta de 2.500 a.C., a civilização Micênica formou uma civilização cultivadora tanto das Artes como dos jogos. O esporte se destacava principalmente entre os espartanos e atenienses, pois, por volta de 800 a.C., surgiu a ideia de um festival esportivo aos moldes das Olimpíadas, em que os gregos realizavam festivais em

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

honra a Zeus. A primeira Olimpíada da Era Antiga, que ocorreria apenas em 776 a.C., sendo que os nomes dos vencedores começaram a ser registrados. Com a conquista da Grécia Antiga por Roma, em 456 a.C., os jogos olímpicos entram em seu declínio, pois a proposta de integração dos cidadãos nas competições que eram marcadas pela cordialidade cede espaço a disputas cada vez mais violentas.

Com a realização da última Olimpíada da Era Antiga sendo realizada em 393 d.C., quando o imperador romano Teodósio I proibiu a realização de festas para adoração dos deuses. Assim, a partir do século IV, as práticas esportivas viveram um período de grande estagnação, principalmente no Ocidente. Na perspectiva da Educação Física que foi adotada na Grécia Antiga, desapareceu ou era praticada de maneira isolada por ínfimos grupos.

Já na Idade Média entre os séculos V ao XV, com a expansão do Cristianismo, que pregava com veemência a purificação da alma do que a do corpo, o esporte entrou em uma grande fase de estagnação. Mas, por outro lado, no Renascimento, que ocorreu entre os séculos XVI e XVII, com o surgimento do Humanismo, a Educação Física foi revivida, mesmo que sua retomada ocorresse lentamente. O Humanismo, nos séculos XVI e XVII, houve uma redescoberta da enorme importância das atividades físicas. Com base nos conceitos modernos de esporte que surgiram na Europa do século XVIII, quando a Educação Física retornou a ser sistematizada, sendo o esporte regularizado.

Já na Inglaterra do século XIX, em Oxford, existe a reforma dos conceitos desportivos, com definições de regras para os jogos, pois até então, o que se entendia como esporte era apenas a Educação Física sistematizada. Surgem dessa forma, as bases dos conceitos modernos do esporte da atualidade. Inicia-se então, o processo de reforma estrutural dos conceitos desportivos, com o surgimento das primeiras regras definidas de jogos. Em seguida, houve a internacionalização destes conceitos, nascendo assim, a definição de esporte moderno. Este movimento esportivo inglês, introduziu a concepção moderna de esportividade é impulsionada na restauração do movimento olímpico, com o barão Pierre de Coubertin, sendo este processo o meio de criação da primeira Olimpíada da Era Moderna em 1896, na cidade de Atenas na Grécia.

Quando adentramos no século XX é demarcado por um desenvolvimento lento na área esportiva, pois, existiu duas Grandes Guerras Mundiais (1914-1918) e (1939-1945), a Revolução Comunista na Rússia (1917), a queda da Bolsa de Nova York em 1929. Com isso, houve uma enorme dificuldade em escala planetária para o treinamento dos atletas, a

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

realização de competições e viagens das equipes, e por causa das guerras mundiais, três edições dos Jogos Olímpicos foram canceladas (1916, 1940 e 1944).

Com este contexto, a Associação Cristã de Moços teve destaque nos Estados Unidos, que criaram novas modalidades esportivas, como o basquetebol e o voleibol, o que inovou, juntamente com as novas concepções pioneiras da ginástica. Já na segunda metade do século XX, entre os anos de 1950 e 1990, os esportes foram sacudidos por uma nova realidade, com a concepção do "Ideário Olímpico" e sua máxima de que "o importante é competir" saem de moda. Com a Guerra Fria, estimulou-se a utilização da ideologia do esporte, deixando em segundo plano o fair-play.

A simples prática esportiva deixa de ser relevante, pois se focou mais no rendimento, ou seja, o resultado. Inicia-se assim, um rápido processo de profissionalização dos atletas, sendo alçados à condição de estrelas da mídia e heróis nacionais. Na última década do século XX, revelou uma enorme aceleração das mudanças nas práticas esportivas, pois consolidou a ideia de esporte como direito de todos.

Dessa forma, existiu uma ampliação do conceito de esporte, sendo desmembrado em diversas classificações, tais como: educação, participação, performance, saúde, lazer, rendimento, etc. Passa-se a terem maiores investimentos em recursos humanos e científicos no campo do esporte e, no campo de alto rendimento, à atenção especial fica por conta das questões éticas, como o combate ao doping, percebendo-se o avanço da lógica mercantilista. Provas, partidas e torneios se tornam grandes espetáculos, sendo os atletas, produtos em exibição. Os clubes passam a funcionar como enormes companhias artísticas, que mobilizam a mídia e o público, estimuladas pela cobertura das TVs, novas modalidades ganham uma alta importância.

Com esse breve histórico das práticas esportivas na humanidade, podemos seguir para a próxima etapa que trata especificamente para o surgimento das Políticas Públicas para o Esporte e sua importância no desenvolvimento dos estudantes por meio destas políticas públicas.

1.2. As Políticas Públicas no Brasil

No Brasil não houve a constituição de um amplo programa de seguridade social aos moldes do modelo Welfare State, pois na história brasileira, foram implementadas pouquíssimas políticas de Bem-estar social.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

Conforme Castro (2008), explica que:

> A implantação de políticas públicas no Brasil não seguiu uma ordenação generalizada da necessidade social. Em vez disso, foi guiada muito mais pelas atuações de grupos de interesse e pressão, que trabalhavam a favor de alguma causa e, com sua influência, conseguiam provocar uma ação do Estado naquele sentido. Sem a participação desses grupos, destaca ela, não há a possibilidade da implementação de políticas públicas. (CASTRO, 2008)

Em 1930, grande parte da população brasileira ainda se encontrava na zona rural, sendo que naquele ano, o quadro brasileiro apontava para uma crise do sistema político e econômico, liderado ainda pela oligarquia, é um processo de industrialização lento e restringido. Conforme Gomes (2006) "[...] os grandes conflitos se davam sob o jugo das características dos séculos XVIII e XIX, em um contexto de um sistema social escravagista e semifeudal". Os trabalhadores não estavam suficientemente amadurecidos para a criação de qualquer movimento político de luta contra a exploração trabalhista que sofriam, pois os capitalistas não tinham um poder econômico e político, que ainda estava concentrado na oligarquia agrária.

Podemos observar que no Brasil de 1930, trazia em seu seio uma situação ímpar, que se caracterizava pela carência de legitimidade das classes e de hegemonia dos grupos ruralistas dominantes. Além disso, o próprio Estado brasileiro exercia um papel de mediador dos interesses de cada uma dessas classes, assumindo seu papel centralizador e manipulador, denotando completa fraqueza política, já que a sociedade estava limitada na possibilidade de defesa de seus direitos sociais.

Até o ano de 1950, existiam poucas instituições criadas com o objetivo de beneficiar os brasileiros socialmente, uma vez que que nossa sociedade, estava pautada na hierarquia de classes, não contando com a influência da luta de classes, como houvera ocorrido em outras nações de capitalismo mais avançado. As políticas públicas, além de fracas, proporcionaram condições mínimas de subsistência aos operários, e estavam mais ligadas às condições propícias de reprodução.

Da Era Vargas até o Golpe Militar de 1964, a política governamental centrou seus esforços no desenvolvimento das forças produtivas, muito mais do que nas questões sociais, como na distribuição de renda e da propriedade. A partir do Golpe Militar de 1964, que iniciou o projeto "Brasil-potência" financiado com o dinheiro externo até a queda da ditadura em 1985, o Brasil, comandado pelos militares viveu um período nada promissor às realizações

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

de políticas públicas, que se limitaram à criação do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, em 1966, e do Banco Nacional da Habitação – BNH, no final da década de 1960.

No início da década de 1980, apareceu o neoliberalismo conservador nos Estados Unidos da América, elevando as taxas de juros, juntamente com a crise do petróleo, afetaram a economia dos países da América Latina, inclusive o Brasil, que enfrentou sérios problemas de financiamento externo, o que trouxe um desequilíbrio na sua balança de pagamentos. Dessa forma, as políticas públicas foram concentradas na área econômica, deixando a área social à espera dos resultados desse ajustamento externo.

Com o reconhecimento da redemocratização a partir de 1985 e a promulgação da Constituição da Repúblicas de 1988, acontece um novo período político inaugurado no Brasil. Entretanto, ainda não havia espaço para a execução de políticas públicas, porquanto os resquícios do regime militar, o que tornaram inviáveis a ampliação de gastos com a implementação do modelo de seguridade previsto na Lei Magna, que incorporava todos os trabalhadores, urbanos e rurais ao sistema de proteção social.

Conforme explica Gomes (2006):

> A forte centralização dos novos recursos no Tesouro Nacional e o atraso em seus repasses; cortes expressivos nos valores reais; e a falta de indexação das despesas públicas referentes aos gastos correntes de investimentos previstos no Orçamento Geral da União foram alguns fatores que colaboraram para o fracasso do novo sistema. (GOMES, 2006)

A Constituição da República de 1988 se tornou um grande marco na relação no redesenho das políticas públicas na área social como um todo, representando um grande avanço significativo tanto no campo dos direitos como no da proteção social. Segundo Castro (2008), a nova Carta Política:

> [...] representa um avanço significativo, de um lado, no campo dos direitos e, de outro, no padrão de proteção social até então vigente. Paralelamente, o conjunto de inovações introduzidas com a nova Carta sugere um adensamento do caráter redistributivista das políticas sociais, assim como da responsabilidade pública na regulação, produção e operação das mesmas. (CASTRO, 2008)

Passa-se agora a se demonstrar em que momento o esporte foi elevado ao patamar de política pública e quais ações se desenvolveram em cada fase da história brasileira, a partir da Era Vargas.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

1.3. O Esporte como política pública de Estado e o seu histórico de ações por intermédio de políticas públicas no Esporte

As políticas públicas constituem como elemento essencial diante da atuação de um estado, na rua são voltadas à resolução de muitos problemas coletivos e na promoção do bem-estar. Segundo Leonardo Secchi (2013,o.2), política pública é uma diretriz para enfrentar um problema público. Com isso as políticas não são limitadas somente às ações ou a programas governamentais, mas estão envolvidos processos de formulação, implementação e avaliação na qual visa produzir efeitos positivos diante a sociedade.

Leonardo Secchi (2010) destaca que a política pública é o resultado da ação de um governo diante de um problema que muitas da vezes afeta a coletividade, o autor também destaca que quando o estado decide agir sobre um determinada questão, está expressando uma decisão política com consequências diretas diante sobre está população. Secchi(2010) relata que uma análise de políticas públicas deve-se iniciar perante a identificação de um problema público, sendo assim um ponto de partida para a construção de soluções e efetividade. Neste sentido, para compreender a política pública de esporte é preciso identificar sociais que está política quer enfrentar tal como podemos destacar a falta de acesso aos esportes, a exclusão social e o sedentarismo entre os jovens estudantes.

Conforme destaca a contribuição de Celina Souza, ela trás um complemento depois de enfatizar o caráter disciplinar dentro do campus de políticas públicas. Conforme Souza(2006) para a autora são campos de conhecimento que procura colocar o governo em em ação, tal como propor mudança rumo a estás ações.

Sousa (2006) destaca também que os estudos das políticas públicas devem ser levados em consideração as dimensões políticas, sociais e institucionais diante das decisões. No caso das políticas esportivas do esporte essas dimensões torna-se evidente quando o estado tem intenção de equilibrar os interesses na promoção do esporte.

Conforme destaca Secchi (2013) , o ciclo de políticas públicas é composto por várias etapas, identificação do problema, formulação de alternativas, decisão, implementação e avaliação. Diante deste ciclo é fornecido modelo analítico para se estudar como muitas políticas de esporte são concedidas e como é sua aplicação. Podemos destacar no campo de esporte cada etapas desse processo influencia o alcance social e os impactos diante os estudantes que são públicos alvo de programas de integração, inclusão e acolhimento.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

As políticas de esporte diante do contexto educacional, se destaca com seu papel estratégico na formação cidadã e na integração social dos estudantes. Essas políticas são instrumentos que visam democratizar o acesso às atividades esportivas sendo fundamental na promoção de valores e cooperação. De acordo com a constituição federal do Brasil de 1988, o esporte é um direito de todos, e que o estado deve fomentar práticas esportivas formais e não formais (BRASIL, 1988). Diante desta perspectiva fica claro a compreensão do esporte sendo um elemento essencial e fundamental para o desenvolvimento social e humano.

Já quando pensamos no significado de “Estado”, pode-se verificar que houve uma enorme transformação no seu conceito, partindo do Estado como forma de realizações humanas, sendo esta considerada por Platão e Aristóteles, na ideia de que essa instituição era um mal ou um castigo infringido aos indivíduos, até a era moderna, em que o Estado é considerado um promotor de educação, saúde e de desenvolvimento, com a preocupação de que com o Estado se faz na prática, para a promoção do bem-estar do povo que o compõe, ou seja, como um modelo de governança.

Assim sendo, os indivíduos que compõem o Estado, são aqueles que orientam, por intermédio de processos decisórios, os rumos do próprio Estado, com o poder de escolha de quais práticas serão aplicadas na promoção do bem-estar de todos, valendo ressaltar, que política será adotada para a resolução de seus conflitos. Forma-se assim, o Governo, que decide por intermédio de políticas e com fundamentos nas leis que elabora. Segundo Bobbio (1987), o autor destaca que o Estado moderno constitui-se como o principal instrumento de organização política da sociedade, sendo responsável pela mediação dos conflitos e pela preservação da ordem social.

No entendimento de Rodrigues (2010): “políticas públicas são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política”.

As ações e decisões de que são constituídas as políticas públicas estão revestidas da autoridade soberana do poder público, sendo estas pessoas que produzem as políticas públicas denominadas como “atores”, detendo o poder de tomada de decisões públicas, que incidem sobre os sujeitos que, de uma forma ou de outra, serão beneficiadas daquelas políticas implementadas. Dessa maneira, esses atores que decidem são definidos como: gestores públicos, juízes, parlamentares, burocratas, membros do poder executivo, organizações

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

públicas e instituições privadas, e os beneficiados, ou sofrem a ação, são os sujeitos passivos daquelas decisões.

Quando refletimos sobre o conceito de políticas públicas, podemos verificar que não existe um consenso no que diz respeito de uma definição unificada e precisa do termo.

Castro (2008), existem duas definições especificas que são elas:

> A do “Estado em ação” - implicando que todo tipo de ação direcionada ao bem comum da sociedade provém do Estado - e a da política social, que coloca como política pública todo tipo de iniciativa destinada a bene ciar a coletividade, não especificando a necessidade da participação do Estado. (CASTRO, 2008)

Podemos destacar que uma política pública é toda a ação, ou omissão, destinada a, por meio de prevenção ou correção, mantendo uma realidade social considerada boa ou para a mudança de uma situação social que esteja em desacordo com o desejável. E esta política pública pode ser descrita em três fases distintas: observação e avaliação do panorama, estudo de necessidades, elaboração de plano, implementação, acompanhamento de efetividade, avaliação de resultados etc.

Appio (2005), destaca que políticas públicas podem ser definidas como:

> Instrumentos de execução de programas políticos”, que seriam baseados na intervenção do Estado na sociedade visando garantir igualdade de oportunidades aos cidadãos. Para Appio, às políticas públicas denotam a vontade do Estado em criar um planejamento social a partir da execução de projetos governamentais das sociedades contemporâneas. (APPIO, 2005, p. 136)

É possível afirmarmos que, embora não exista um único conceito para políticas públicas, elas se constatam nas ações governamentais que se fazem necessárias para a produção e promoção de respostas às necessidades da sociedade como um todo.

As politicas dos esporte representam varios conjuntos de acoes do estado que são voltadas para a promoção, a democratização e o acesso as atividades esportivas, uma vez que essas acoes são reeconhecido como um direito social no contexto brasileiro. Para o Tubino (2001) as atividades esportivas elas devem ser compreendido como uma parte das politicas sociais mais amplo devido o seu acesso, pos diante o seu acesso do esporte como direoito social, deve ser garantido pelo estado como um elemento importante de democratização e inclusão. Perante a isso as politicas de esportes não se restringe apenas na construção de infraestura ou

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

apenas na estimulação de competicoes, mas tambem abrange educativos, sociais e comunitarios.

A constituição o esporte como direidto legitima a atuação dp governo em programas de formação esportivas, lazer, educação e na promoção da cidadania. Castellani Filho (2008) tras uma afirmação que essas politicas devem ir mais alem no que referimos a assistencialismo, afirmando que as politicas de esportes precisam supererar este caracter de assistencialismo e ser assumido como um compromisso na formação cidadã. Sendo assim que uma intervenção do estado deve ter como prioridade o desenvolvimento humano e a inclusão de grupos que aprecem com maior vulnerabilidade social.

No ambito edecucional o esporte é tratado o esporte é tratado como intrumento importante de formação integral dos estudantes. Bracht (1999) o autor destaca que o pontecial educativo das polititicas dos esportes vai depender de forma como ele sera implementado, defendendo que os esportes só se tornara pedagogico com forem orientados com valores socias, culturais e cooperação. Para o autor, “o esporte, quando tomado como prática social, não pode ser reduzido a rendimento. Sua função educativa depende da forma como é organizado, oferecido e vivenciado” (BRACHT, 2003, p. 17).

Se tratando do âmbito mundial do esporte Tubino (1987), destaca que:

> O primeiro documento internacional a denotar uma reflexão sobre o esporte foi o Manifesto Mundial do Esporte, editado pelo Conselho Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO. Procurou tal documento não só conceituar o esporte como também aferir sua abrangência e relacioná-lo ao desenvolvimento humano, considerando o direito de todos à sua prática. (TUBINO, 1987)

O segundo documento a demonstrar a grande importância do esporte foi a Carta Europeia do Esporte para Todos, do Conselho da Europa, em 1966, com a preocupação na promoção do esporte na perspectiva da educação permanente e do desenvolvimento cultural. Outros documentos, tais como o Manifesto da Educação Física e a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO também aprofundaram conceitos na questão da Educação Física, relacionando-se ao esporte.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

1.4. A Era Vargas

Durante a Era Vargas, Getúlio percebeu o poder que os esportes, não apenas o futebol, exercem sobre o povo brasileiro, especialmente entre os jovens, demonstrando que os interesses do presidente cresciam à medida que seu projeto referente à Nação se estruturava.

Segundo Drummond (2009):

> A chamada 'oficialização dos esportes' – um eufemismo para a intervenção do Estado no esporte – aparece pela primeira vez no governo de Getúlio Vargas em meados de 1935. Alguns projetos, prevendo o controle do Estado sobre o futebol, já vinham tramitando no Congresso Nacional, porém nenhum deles fora levado adiante. (DRUMMOND, 2009)

Logo após um ano da instauração do Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas publicou o Decreto-Lei nº 526, de 1º de junho de 1938 criando, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Cultura, com o objetivo do desenvolvimento cultural, fazendo parte dele a propaganda e a campanha em favor das causas patrióticas e humanitárias e a Educação Física, englobando a ginástica e o esporte. Na sequência, foi publicado o Decreto-Lei nº 1.056, de 21 de janeiro de 1939, que instituiu a Comissão Nacional de Desportos, cuja função era investigar os principais problemas dos esportes do país e a elaboração de um plano geral para a sua regulamentação.

O esporte foi regulamentado em abril de 1941, com um novo Decreto-Lei, de nº 3.199, de 14 de abril de 1941, criando o Conselho Nacional dos Desportos, que segundo Drummond (2009), tinha como função:

> [...] orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país. Tal Conselho deteve total controle sobre os desportos e trouxe os esportes para a órbita de aparelhamento do Estado Novo. Estavam sujeitos a esse novo órgão os clubes e as federações esportivas. (DRUMMOND, 2009)

1.5. A partir de 1960

Anteriormente a essa década, as iniciativas para a incrementação do esporte brasileiro, até 1960, eram bastante irregulares. Na Ditadura Militar, contudo, o esporte foi de fato tratado como uma questão de Estado.

Conforme Oliveira (2009):

> [...] o governo ditatorial, formado pela aliança entre o poder militar e a elite civil, influente e poderosa, tinha planos ousados para o país na época. Para

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

> fazer o Brasil chegar ao patamar de primeiro mundo, valia tudo, a exemplo da canção de Miguel Gustavo para a Copa de 1970 (“90 milhões em ação!”) e dá cantada por Dom e Ravel (“Esse é um país que vai pra frente”). Nas palavras de Taborda de Oliveira, “Um longo processo de construção da ‘brasilidade’ parecia culminar naqueles anos de acentuado nacionalismo, não só o social. Mas o que era o social naqueles anos tinha a marca das Forças Armadas. Com o esporte não seria diferente, até porque se considerava o esporte um caminho para o reconhecimento do Brasil no cenário mundial. (OLIVEIRA, 2009)

No âmbito das políticas sociais, que se criou um forte movimento para o desenvolvimento do esporte nacional, com ênfase no esporte de alto rendimento, porquanto, já naquela época, acreditava-se que, por intermédio do esporte, um país obtinha maior poder econômico, político e simbólico, a exemplo dos Estados Unidos e da União Soviética.

Uma enorme surpresa, porém, foi que, embora o esporte, na história das Forças Armadas, sempre tenha tido prestígio, no período da ditadura percebeu-se que o esporte poderia ser capaz de dar visibilidade política aos feitos da ditadura brasileira no âmbito internacional, além de poder contribuir com a educação de um tipo de sensibilidade adequada a um regime que apagava as diferenças, silenciava as vozes contrárias, torturava e matava em nome da segurança nacional.

Por intermédio do esporte, almejava-se um comportamento mais dócil dos jovens que o praticavam, assim, a energia juvenil seria canalizada, não para se revoltar, a contestação ou o questionamento sobre a ordem vigente, mas voltada para o ensino da disciplina para o trabalho. O curso da energia e do vigor físico do homem jovem brasileiro série mudando para o crescimento econômico até alçar o Brasil a um patamar de país desenvolvido.

1.6. A década de 1970 e o programa de Esporte para Todos

Para alcançar os objetivos acima citados, o Governo brasileiro da época encomendou diversos estudos ao Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas (IPEA), a elaboração do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, que foi publicado em 1971. Juntamente com essa iniciativa, foi determinado aos estados que mapeasse a situação do esporte em cada região. Atletas, dirigentes, professores e alunos foram incentivados a relatar ao Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e da Cultura (DED-MEC) o que estava bom, e o que estava ruim, o que estava precário e o que haviam conquistado em suas respectivas regiões. Nesta década, o elo entre o gestor público e a comunidade era incentivado por intermédio das seções de cartas e dos periódicos patrocinados

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

pelo governo, tais como o Dedinho, o Podium e o Comunidade Esportiva. Também em 1971 lançou-se a Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo, objetivando introduzir o esporte na rotina dos brasileiros.

Dessa maneira, procurava-se à melhoria do esporte em todos os níveis no país. Nessa época o Governo brasileiro, por meio da Lei nº 6.251/1975, artigo 10º, adotou uma maneira de organização esportiva dividida em quatro níveis. O esporte comunitário, praticado pelas massas, era a base do sistema esportivo. Nessa modalidade, incluíram-se os jogos de finais de semana, os torneios amadores e as atividades de lazer. O Estado entrava com incentivos e financiamento, mas a organização era feita pela própria comunidade e, com todas essas medidas tiveram o embrião do movimento Esporte para Todos, nascido na Noruega e sendo difundido para diversos outros países, entre eles o Brasil.

Como ressalta Cavalcanti (1984):

> O direito à prática esportiva não é resultado de um movimento popular de reivindicação do esporte, mas uma proposta do Estado e de diversas organizações cuja maior preocupação é a ocupação do tempo livre do indivíduo. A prática do esporte, quer seja formal ou não-formal, materializando o famoso 'mente sã em corpo são' é uma solução eficaz para se manter o controle social das pessoas em seu tempo livre. A eficácia desse controle está exatamente na sutileza com a qual se apresenta. A instituição esportiva esconde por trás de uma pseudoneutralidade a consolidação da dominação de classe, da ordem estabelecida, dependendo, portanto, a forma política do regime em vigor. (CAVALCANTI, 1984)

O segundo nível estava o esporte estudantil, de caráter competitivo, berço dos grandes talentos esportivos, incluindo o esporte universitário, com o objetivo de descobrir alunos com potencial nas mais diversas modalidades esportivas e deslocá-los para treinamentos específicos, de modo a viabilizar o seu aperfeiçoamento, transformando-os, em atletas de alto rendimento, ou seja, a elite do esporte.

O terceiro nível tratava-se no que foi denominado "equipamento básico urbano", pois se relacionava com à prática regular de atividade física e lazer, no qual cabia ao Estado o fortalecimento de equipamentos e locais apropriados para atividades físicas, tais como: praças, parques, quadras, ginásios e ciclovias.

O quarto nível orientador das políticas brasileiras na década de 1970 foi destinado à organização desportiva comunitária, incluindo clubes, associações, federações, confederações, comitês olímpicos etc. Esse nível estaria voltado para prática de competições profissionais ou

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

amadoras, mas de forma sistemática e codificada por meio de regras, treinamento sistemático, arbitragem, tribunais. Distingue-se esse nível dos demais pelo alto grau de especialização, almejando-se a rentabilidade, que ficaria sendo gerida no âmbito da livre iniciativa, tornando o esporte um grande negócio, um investimento, uma profissão, e até uma grande indústria esportiva.

Mesmo que gerida pela livre iniciativa, contaria com o financiamento público direto ou indireto, tais como: como a loteria esportiva, com o incentivo das empresas estatais, mediante patrocínios e leis de incentivo ao esporte. Segundo Oliveira (2001, p. 45), esse deveria ser um ponto de chegada de uma política esportiva no país, uma vez que o caráter seletivo da pirâmide levaria 'naturalmente' ao aparecimento dos atletas que o Brasil necessitaria. Entretanto, a esfera pública, foi deixando de ser a protagonista na proposição e gestão de políticas esportivas a partir do final da década de 70, momento em que o papel do Estado no mundo estava sendo redefinido.

1.7. As décadas de 1980 e 1990.

Nas décadas de 1980 e 1990, ao contrário da centralização imposta pela ditadura militar, observou-se que a iniciativa privada se tornou protagonista principal da política esportiva, manipulando uma enorme quantidade de recursos públicos, porém direcionados muito mais para o desporto de elite do que para o desporto de massa ou educacional. Oliveira (2009), destaca que:

> [...] até mesmo os espaços para a prática das peladas do final de semana estão cada vez mais restritos à iniciativa privada, assim como o abandono das chamadas 'praças de esportes' na maior parte do Brasil. Basta olhar a realidade da escola brasileira para observar que é impossível desenvolver a prática esportiva por absoluta falta de condições infraestruturais (espaço próprio, equipamento, material). (OLIVEIRA, 2009)

Comparando entre o período da ditadura militar e os anos das décadas de 80 e 90, podemos afirmar que, no período ditatorial, a política para o esporte dispunha de todo o aparado público, ao passo que nessas décadas de 80 e 90, a maior concentração dos recursos públicos beneficiavam poucos atletas e equipes. Podemos concluir que, mesmo que o Brasil destaque-se em diversas modalidades esportivas no plano mundial, mas ainda não consiga a

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

garantia à boa parte de suas crianças e jovens o acesso e a permanência na escola, assim como não conte com políticas públicas efetivas de esporte e lazer para todos.

1.8. Os anos 2000 e as mudanças de paradigmas.

O Brasil dos anos 2000 já havia passado pelo Estado Novo, pela ditadura militar e a retomada da democracia, que se iniciou em 1985, e podemos observar que em todas essas fases existiu a promoção de políticas públicas voltadas para o esporte por atores que exerciam poder de mando, e com ínfima participação da sociedade, que só se manifestava quando procurada a fazê-lo. Pode-se observar ainda que houve uma mudança no patrocínio das políticas públicas para o esporte, pois se em tempos de ditadura militar o aparato público cuidava de cem por cento das políticas públicas voltadas para os quatro níveis do esporte, além do esporte elitizado, podemos destacar que na fase das décadas de 80 e 90, os recursos públicos destinaram-se em maior vazão ao esporte de elite, o que ampliava a projeção do Brasil diante da comunidade internacional. Nos anos 2000, houve a tentativa de retomar as políticas públicas para o esporte com maior participação de toda a comunidade.

A partir do ano de 2003, o esporte ganhou uma pasta própria por meio da criação do Ministério do Esporte, que anteriormente, era ligada à educação e ao turismo e com a atribuição desta pasta houve a construção de uma política nacional de esporte, além de desenvolver o esporte de alto nível, o ministério trabalhava por ações de inclusão social por intermédio do esporte, com a garantia para a população brasileira o acesso gratuito às práticas esportivas, com mais qualidade de vida e do desenvolvimento humano.

Com essa perspectiva, o Ministério do Esporte criou três secretarias a ele ligadas, que desenvolvem o esporte em suas esferas de atuação, conforme determinada o artigo 217 da Constituição Federal, sendo elas: Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED, Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – SNDEL e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendi mento – SNEAR.

As mudanças de paradigmas se deram em virtude de se ter atribuído ao esporte a mesma importância dada, a saúde, à educação, ao transporte, fazendo do esporte, também, uma prioridade, além de demonstrar que o Estado estar preocupado no desenvolvimento de políticas públicas para o esporte, pautando-se também na participação popular.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

1.9. A Política Nacional do Esporte

No Brasil a trajetória das políticas públicas voltadas aos esportes está relacionado ao desenvolvimento institucional do Ministério dos Esportes que é o órgão responsável pela coordenação das ações do governo nos esportes. Ao longo do tempo com a criação e transformação deste ministério, se refletem as mudanças do estado brasileiro com relação aos esportes, seja tanto na prática de lazer ou no instrumento de inclusão para o desenvolvimento humano.

O Ministério do Esporte foi criado pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, ainda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com este surgimento, se apresentava como um marco histórico brasileiro, isso porque as políticas dos esportes estavam subordinadas às outras pastas, como a educação e o turismo.

Destacamos que sua estrutura organizacional inicial foi regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na qual teve como definição de suas secretarias e suas atribuições internas, destacando como órgão gestor de programas voltadas aos esportes educacional, sendo uma fase que foi marcado pela criação do programa segundo tempo, que era para democratização do acesso às atividades esportivas entre crianças e jovens vulneráveis. Conforme destaca Secchi (2013, p. 47), as políticas públicas eficazes são aquelas que articulam diferentes setores e níveis de governo, garantindo coerência entre objetivos e instrumentos.

O **Decreto nº 7.529, de 21 de julho de 2011,** foi o momento da reorganização da estrutura regimental do ministério do esporte, levando em conta o reforço da sua competência na execução das políticas voltadas aos esportes educacional e rendimentos (BRASIL, 2011). Diante desta ampliação trouxe um contexto na reflexão para preparação dos jogos olímpicos de 2016, foi um momento em que o governo federal intensificou investimentos as estruturas esportivas

A Política Nacional do Esporte foi criada em decorrência do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte – PNDE. Foi regulamentada pela Resolução nº 5/2005 do Conselho Nacional do Esporte e construída de maneira participativa na I Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2004. E segundo a CONFEF (Conselho Federal de Educação Física) “[...] consolidar o esporte e o lazer como direitos sociais”. A partir dessa iniciativa, outras foram implementadas pelo governo federal, em parceria com a iniciativa privada e com a própria comunidade.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

As ações para a efetivação da garantia constitucional do direito ao esporte vêm sendo desenvolvidas mediante programas que utilizam a prática esportiva como uma ótima ferramenta para a inclusão social, visando que tais programas proporcionem saúde e bem-estar, diminuindo as desigualdades e resgatando valores e princípios fundamentais. E essas ações podem ser destacadas como:

- Implantação e modernização da infraestrutura esportiva e construção de Praças da Juventude.
- Inserção social por meio dos Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, que desenvolvem atividades de produção de materiais esportivos. Objetivam essas práticas diminuir as desigualdades e resgatar valores e princípios fundamentais.

O programa Pintando a Liberdade ter por objetivo principal a ressocialização de internos do Sistema Penitenciário por intermédio da fabricação de materiais esportivos, o proporciona a profissionalização, a redução da pena (a cada três dias trabalhados, se reduz um dia da pena) e o recebimento em salário de acordo com a produção efetiva.

Se tratando do Programa Pintando a Cidadania, visa a promoção de pessoas em situação de risco social pois essas pessoas trabalham em fábricas de materiais esportivos criadas na própria comunidade, ajudando a inseri-las no mercado de trabalho. Os rendimentos são divididos conforme a produção e os materiais fabricados (bolas, bolsas, redes, camisetas, bonés e bandeiras) é utilizado nos próprios programas, escolas e entidades sociais.

Juntamente desses programas, foram criados núcleos de esporte recreativo e de lazer, os denominados Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), com o objetivo de garantir a acessibilidade ao esporte e ao lazer como direito social. Este programa PELC contém quatro modalidades: PELC todas as idades, incentivando a participação de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com de ciência e com necessidades educacionais especiais, para a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer; PELC vida saudável, para pessoas a partir dos 45 anos, objetivando a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer específicas para essa faixa etária; PELC PRONASCI, que envolve atividades esportivas, recreativas e de lazer para jovens entre 15 e 24 anos que vivem em situações vulneráveis social e economicamente, a m de retirá-los das situações de injustiça, violência e exclusão social a que diariamente se submetem; e PELC rede CEDES – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e Lazer , que desenvolve um sistema nacional de documentação e

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

informação esportiva, pesquisas sobre políticas públicas na área esportiva, recreativa e de lazer, além de fomentar e divulgar eventos científicos e apoiar publicações.

Com essa explanação sobre o desenvolvimento das políticas públicas do esporte no Brasil e no mundo, podemos partir para observar quais são os impactos do esporte na vida como um todo dos estudantes e quais transformações podem ser observadas na aplicação dessas políticas públicas do esporte.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

CAPÍTULO II – A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE NA INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS ESTUDANTES

2.1. A política de esporte e a integração social dos estudantes

Os esportes enquanto fenômeno social, tal como educacional e político, vem sendo estudo como uma das ferramentas na integração social dos estudantes e na formação de cidadãos. Conforme destaca Bourdieu (1978), o esporte está constituído por um campo na qual se expressa de várias formas de capital social, cultura, que pode resultar na produção de desigualdade quanto na promoção da mobilidade. Neste sentido, essas políticas públicas que democratizam o acesso destes estudantes a práticas esportivas dentro de um ambiente acadêmico tem potencial de demonstrar o potencial do esporte como mecanismo de inclusão e na transformação do pertencimento estudantil. Com isso a política de esporte quando é planejado contribuí para o desenvolvimento de cooperação e fundamentais para integração dos estudantes.

Para o complemento dessa visão, o Coakley (1993) destaca que só a participação em atividades esportivas não significa garantidor de benefícios sociais de uma forma automática, cabe a necessidade dos esportes serem estruturados com intenção educativa e inclusão. Segundo o autor, a mera participação não garante desenvolvimento positivo às estruturas e o propósito do programa importam (Coakley, 1993, o. 21)

Levando em conta o contexto brasileiro, a política de esportes tem sido analisada por vários autores como uma forma da promoção da cidadania e integração. Vianna (2011) em seu trabalho ao investigar a percepção dos professores referentes a projetos de conclusão, o autor destaca que muitas iniciativas só alcançam quando se trata da formação dos docentes e uma articulação entre as escolas e as comunidades. Diante disso, destaca-se que projetos de esporte que são voltadas a inclusão social são necessárias a formação e articulação da comunidade para que a integração estudantil seja efetivada Vianna (2011)

Azevedo (2011) para o autor aqueles programas esportivos que tem como prioridade resultado e rendimento levando em conta o caráter educativo podem reduzir a exclusão social. O autor trás uma observação que os esportes quando se é desprovido de mediação pedagógica pode minar os objetivos de inclusão social (Azevedo, 2011, o. 52). Com isso podemos dizer que é fundamental que essas políticas públicas de esporte devem ser orientadas por princípios de equidades, a participação e não somente por metas de desempenho.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

No que diz respeito referente ao campo de políticas públicas brasileiro do esporte, conforme destaca Marchi Junior (2011) que às fetividades destas ações referente às políticas públicas depende da articulação intersetorial dos esportes com educação, saúde e cultura. Ainda assim, o autor reforça que se não houver planejamento e integração entre os setores pode resultar na descontinuidade desta política e na limitação do impacto social.

De acordo com Dias (2020) reforça que para que uma política pública seja eficaz exige monitoramento e avaliação contínua, com isso leva a garantir que os investimentos públicos trazem resultados e benefícios reais para a comunidade acadêmica. Destinar recursos não basta, é preciso acompanhamento e foco em objetivos socioeducativos (Dias, 2020, p. 37).

Essas avaliações continua elas levam a identificar os impactos desta política de esporte na integração e inclusão social de vários grupos que estejam numa posição mais vulneráveis, como podendo ser os estudantes com deficiência, bem como aqueles que pertencem a maioria como os de renda baixa.

De acordo, Castro (2020) o autor destaca que a integração social através dos esportes é necessário a inclusão pedagógica através de aulas de educação física.

2.2. O Esporte e a Inclusão Social

Quando tratamos de políticas públicas, nos referimos aos direitos e deveres do Estado para com as pessoas que compõem a sociedade como um todo, que gozam de direitos civis e políticos. Estamos sujeitos ao conjunto de normas jurídicas e sociais, o que forma um marco regulatório previamente fixado no que diz respeito à distribuição harmônica dos elementos que formam os direitos, deveres e responsabilidades em prol do desenvolvimento educacional, econômico e social.

De uma forma indireta, a constituição de 1988 insere o esporte no seu rol de direitos sociais, ao estabelecer, em seu artigo 6º, que são direitos sociais a educação, a saúde, o lazer, a segurança, entre outros (BRASIL, 1988). Essa vinculação do esporte ao lazer permite compreendermos como uma política pública estratégica na promoção da igualdade de oportunidades e da Integração social dos estudantes.

O artigo 217 da constituição, consagra que os esportes é um direito de todos, atribuindo ao estado o dever de fomentar como forme estabelece O texto constitucional, “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988, art. 217).

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

De acordo com Guareschi et al. (2004):

> Políticas Públicas pode ser conceituada como o conjunto de ações coletivas que direcionadas para que os direitos sociais sejam garantidos, caracterizando como um dever público, para cumprir com as demandas estabelecidas, nas mais diversas áreas. (GUARESCHI ET AL., 2004)

Contextualizando as Políticas Públicas em suas mais diversas áreas, temos as voltas para o esporte, que é uma prática humana que tem se intensificado de forma bastante considerável nas últimas décadas, podendo ser desenvolvido por pessoas de diversas idades e é uma técnica promotora de benefícios para a saúde dos seres humanos. Dessa maneira, o mesmo deve ser visto como uma atividade essencial para a vida dos seres humanos, sendo necessário o incentivo à execução desta atividade, além do mais, é uma forma de incentivo a união de diferentes culturas, visto que o esporte aproxima as pessoas.

Quando tratamos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, da Lei nº 8.069/1990, trata o esporte como algo que deve ser assegurado para a criança e o adolescente, sendo este um direito fundamental e esse direito deve ser disponibilizado nas escolas, assim como por meio de programas e incentivos do governo. De acordo com o ECA, no cap. IV, Art. 59, que trata do direito à educação, cultura, ao esporte e ao lazer, aborda que o governo, juntamente com o apoio dos Estados, Municípios, do Distrito Federal e a União, devem facilitar as práticas esportivas, assim como atividades voltadas para o lazer, tanto para as crianças e adolescentes.

Segundo Grando & Madrid (2017):

> Com a criação de leis e estatutos para a prática de esporte como um direito permite um avanço nesta temática, mas, ainda é necessário investimentos em políticas públicas para que seja feita com intensidade e sejam efetivadas ações concretas através de projetos governamentais como assistência social para a sociedade, além dos investimentos nas escolas e em projetos sociais, como atividades extracurriculares. Nesse contexto, o primeiro passo foi dado a partir da Constituição Federal de 1988, que serve como base e incentivo para criação de novas estratégias (GRANDO & MADRID, 2017).

Com a Lei nº 11.438/06, também denominada como Lei de Incentivo ao Esporte, deve promover incentivos fiscais para as pessoas físicas e jurídicas, que façam ocorrer o desenvolvimento do esporte nacional através do patrocínio/doação para projetos desportivos e

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

paradesportivos, estabelecendo o desporto ou esporte como sendo reconhecido em três manifestações diversas, sendo elas:

> Desporto de participação: caracterizado pela não exigência de regras formais, objetivando o desenvolvimento do indivíduo através do esporte. É o esporte como lazer; Desporto educacional: tem como público beneficiário os alunos regularmente matriculados em instituições de ensino. Nessa manifestação desportiva não pode haver seletividade a hipercompetitividade entre os praticantes. É o esporte como instrumento auxiliar no processo educacional; Desporto de rendimento: é o esporte de resultado, praticado segundo regras formais, nacionais e internacionais. Tem como figura de destaque a presença do atleta ou do atleta em formação. Pode ser praticado dentro do sistema oficial de administração do desporto ou não. (BRASIL, 2008)

Entretanto, a implantação de um Projeto de Políticas Públicas não é tão simples e necessita de diversas etapas, como a escolha do local e o público alvo, isto deve ser feito de forma minuciosa para que o trabalho fique bem feito, e para que os integrantes da sociedade, que serão beneficiadas possam aprovar o trabalho que será executado e tenham o interesse de participação novamente. Para isso, se faz necessário o conhecimento de quais demandas serão os temas que serão abordados aos membros da sociedade, de quais atividades serão executadas e qual o tipo de política pública que será realizada, levando-se em conta a realidade e as características das pessoas que serão acatadas, entre outros.

Devemos verificar se os programas que são implementados na atualidade por diversos setores da sociedade, Estado e da iniciativa privada, estão tendo êxito, efetividade, eficiência, eficácia suficientes para atingir os objetivos propostos, e cabe ressaltar, se conseguem a promoção da prática esportiva não formalizada e a inclusão social dos atores passivos, beneficiários dessas ações propostas, com o alcance dos resultados pretendidos, com dispêndio mínimo de recursos desejados.

Quando se avalia as ações do Estado no alcance de sua efetividade, porquanto sua organização e realização apontam para a permanência, os objetivos são estruturados, as regras de conduta são confiáveis. Tanto é assim que desde 2003, ano que o esporte obteve sua própria pasta, constata-se que os projetos implantados a partir de então continuam e andamento até os dias atuais. Atingindo cada vez mais beneficiários, a exemplo do Programa de Esporte e Lazer da Cidade.

Os programas objetivam o alcance da eficiência, tencionando atingir os resultados com a diminuição de despesas. Segundo Marinho e Façanha (2001):

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

> [...] programas sociais só serão e capazes se forem antes efetivos e eficientes. Essa constatação pode levar ao entendimento de que os programas destinados aos esportes são capazes porque efetivos e eficientes. Entretanto, seria necessária uma análise mais apurada, consistente em uma pesquisa de campo, entrevistas com atores e gestores participantes dos programas e talvez uma certa vivência, para se obter, na realidade, esses resultados. (MARINHO ET AL., 2001)

2.3. O Esporte como Direito Social no Brasil

Na atualidade o esporte não é visto apenas como práticas para uma boa qualidade de vida e melhoria da saúde do ser humano, além disso, pode ser observado como a capacidade de inclusão social, capacitando a união de diferentes classes sociais e culturais com um único objetivo, que é a técnica esportiva. As escolas têm como atividades anuais ou mesmo semestrais os jogos escolares, que são diversas atividades esportivas com a competição entre as escolas do mesmo bairro, município, estado, país e até mundialmente.

As escolas cada vez mais vem aumentando o número dos projetos esportivos, e por meio dessas iniciativas com o intuito de fixar o aluno na escola, fazendo com que os estudantes tenham o hábito de ir à escola fora de seu horário habitual de aulas, o que pode evitar que os mesmos possam utilizar o seu tempo livre com coisas negativas. Além do mais, o estudante aprende a conviver em equipe, exercitando a atividade em grupo, desta maneira, aprendendo a viver em sociedade e a respeitar as diferenças dos demais colegas.

Segundo Pereira (2004):

> [...] a atividade escolar esportiva contribui de diversas maneiras para o desenvolvimento do aluno, tanto na sala de aula como para sua vida fora dos prédios da escola. Como exemplo, pode-se citar o quesito de trabalhar em grupos, incluindo todos os alunos, sem nenhum tipo de exclusão social, além de se trabalhar a cooperação e o companheirismo entre os mesmos. (PEREIRA, 2004)

A inclusão social e o esporte no ambiente escolar surgem com o intuito da contribuição das demandas sociais que podem ser reparadas por meio do esporte, pois este pode ser observado com um aspecto funcionalista ou até “salvacionista”, pelo fato de sua atuação ser uma saída para as pessoas que são mais vulneráveis, como é o caso de milhões de crianças e adolescentes em nosso país. Essa função de funcionalismo deu ao esporte a

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

capacidade de evitar com que as crianças e adolescentes se envolvam com o mundo da criminalidade.

Os estudantes estão em sua grande maioria vulneráveis ao mundo das drogas e da criminalidade, e na maioria das vezes as famílias não têm conhecimento e nem condições de saber o que acontece com seus filhos ou até sabem, mas não tem controle da situação. Em diversos casos, as crianças são obrigadas a trabalharem no mundo das drogas e no mundo do crime, caracterizando a exploração infanto-juvenil. O esporte dessa forma, é uma ótima ferramenta para evitar essas situações, permitindo que possam ter melhor qualidade de vida, dando direito de ter uma vida digna e com acesso à cidadania.

A igualdade na atividade esportiva deve ser sempre mantida, não havendo nenhum tipo de exclusão por classe social, cultural ou racial. Por outro lado, em diversas situações essas atitudes são vivenciadas, como no caso de serem selecionados como estudantes sejam mais aptos, mais experientes ou que tenham mais habilidades naquela prática esportiva, pois o real objetivo é treinar a todos para se enquadrarem no mínimo em uma ou mais atividades físicas, para que possam estar sempre envolvidos e disciplinados com um propósito, sem ter tempo para pensarem em coisas que podem os levar ao mundo do crime.

Sendo a educação a base para todo ser humano, é por meio dela que o homem aprende e se forma para a vida em sociedade, é a chave para abrir portas positivas da vida e para o progresso social. A ligação entre educação e esporte tem-se uma forte união, capacitando para a contribuição significativa no processo de inclusão social das crianças e adolescentes nas escolas, principalmente, se não estiverem na escola, a prática esportiva tem serventia como uma isca para trazer os estudantes para o ambiente escolar, evitando que possam perder seu tempo perambulando nas ruas.

Para Carter-Thuillier et al., (2023):

> [...] programas esportivos após o horário escolar facilitam significativamente os processos de inclusão social, permitindo que estudantes de diferentes origens culturais desenvolvam relacionamentos interpessoais sólidos e habilidades socioeducativas. Tais programas são especialmente eficazes em contextos onde a diversidade cultural está presente, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais coeso e inclusivo (CARTER-THUILLIER ET AL., 2023)

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

Essas competências são cruciais na construção de um ambiente escolar mais saudável, onde a inclusão e a integração são fomentadas por meio de interações positivas e colaborativas entre os estudantes.

Segundo Oblak et al., (2023):

> Além disso, a prática esportiva dentro das escolas tem sido relacionada à melhoria do desempenho acadêmico, pois promove a disciplina, a concentração e o trabalho em equipe, habilidades que são transferíveis para o ambiente de sala de aula (OBLAK, ET AL., 2023).

Como o esporte é um direito para todos que estão inseridos no contexto escolar, como a educação, e com a união destas duas importantíssimas práticas é possível que seja feito o processo de ensino-aprendizagem, considerando a diversas funções dos estudantes, sejam elas, físicas, emocionais, morais, de relações interpessoais e a inclusão social. Neste contexto, Cunha (2007) destaca que:

> [...] o professor de Educação Física juntamente com os demais professores deve trabalhar de maneira lúdica com os alunos, buscando a transmissão do conhecimento, assim como a criação de valores pessoais, assim como a sabedoria. Isso faz com que tanto os alunos como os professores possam ter um maior desenvolvimento (CUNHA, 2007).

O Esporte na Escola é uma ótima iniciativa do Governo Federal por meio da união do Programa Segundo Tempo (PST) e Programa Mais Educação, que visam atender as necessidades esportivas e educacionais nas escolas, e com essa parceria foi gerado muito sucesso, sendo que nos anos de 2010 e 2012, quando foi criado o programa, foram atendidos mais de 1.600 municípios brasileiros, sendo que mais de 10.411 escolas aderiram ao programa, atendendo mais de 22.846,06 alunos.

Conforme Brasil (2013):

> Refere-se a um programa do Governo Federal e Ministério do Esporte com o intuito de democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, estes, podem ser feitos através da oferta de experiências relacionadas ao Esporte Educacional, permitindo a formação e ao desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, atuando na formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, dando prioridade aos locais onde existe a vulnerabilidade social. Neste projeto, o responsável por essas atividades é o profissional de Educação Física e/ou Esportes. (BRASIL, 2013)

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

Já o Programa Mais Educação Brasil (2013):

> Instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. (BRASIL, 2013)

Outra lei importante é a Lei Pelé (1998):

> Lei Pelé (nº 9.615/98). Esta lei foi criada em substituição da Lei Zico (nº 8.672/1993) ex-jogador de futebol, Arthur Antunes Coimbra. Normatiza as práticas esportivas quanto à natureza, finalidade, organização, jurisdição e financiamento e tem como objetivo "instituir normas gerais sobre desportos e dar outras providências. Recebe esse nome devido ao ex-jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento (Pelé) ministro do esporte desde 1995 (BRASIL, 1998).

E ainda podemos destacar a Lei Bolsa-Atleta (2004):

> Lei Bolsa-Atleta (nº 10.891/04). Esta lei tem como objetivo financiar atletas de alto rendimento para competições olímpicas e paraolímpicas escolares, jogos universitários, competições nacionais e internacionais e, olímpico. As bolsas têm validade de 12 meses, e apresenta valores variados, que estarão de acordo com o nível esportivo do atleta. As bolsas não são caracterizadas como patrocínio federal (BRASIL, 2004).

As Políticas Públicas Federais e as leis criadas para o esporte podem representar o maior incentivo às modalidades esportivas no Brasil, valendo ressaltar que a maior preocupação não está somente com a formação do rendimento do atleta, mas também auxiliar com a formação do caráter do indivíduo, com uma maior atenção também no direcionamento aos indivíduos que não estão inseridos no contexto escolar e que não fazem a utilização de nenhuma atividade física, para que estes possam ter suas vidas transformadas e com maior qualidade de vida e acesso irrestrito à educação.

Declaradamente, o Ministério do Esporte, em sua busca em sediar os megaeventos esportivos, desenvolvendo uma postura de servidão voluntária nas maiores instituições esportivas nacionais, como o COB e a CBF, acarretando num direcionamento de políticas públicas esportivas apenas voltadas aos interesses de uma mínima fração conservadora e hegemônica voltada ao campo esportivo, denotando, que apenas aqueles que detém o poder do capital econômico e político possam controlar uma área educacional tão extensa.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

Segundo este contexto, se faz necessário para se legitimar no campo esportivo, na concepção de Campo de Bourdieu, que faz pontuações para a disputa de diversos grupos, lutando pelo poder e controle dos movimentos esportivos em todo país. Esses megaeventos realizados no Brasil, se resultam em articulações do campo esportivo nacional que manifestam por meio de sua força reunindo o interesse do governo, das instituições esportivas nacionais e internacionais detetores dos megaeventos esportivos, algumas empresas e empresários, principalmente no quesito construção. Dessa maneira, o Ministério do Esporte se tornou refém da FIFA, COI, CBF e COB e diversos empresários intimamente ligados ao poder público, principalmente as empreiteiras.

Segundo Mascarenhas (2012):

> Assim, o Estado se consubstancia como organizador da hegemonia de dados extratos de classe no denominado bloco de poder, que se constitui para favorecer os interesses socioeconômicos de uma ou mais frações da classe dominante em detrimento das outras frações (Mascarenhas, 2012).

Observando o Portal Siga Brasil do Senado Federal, observa-se o crescimento expressivo do orçamento do Ministério do Esporte, principalmente entre os anos de 2004 à 2011, que o orçamento total passou de R$ 358.201.298,00 para R$ 2.470.406.497,00, quando em 2015 chegou ao valor de 3.276.676.591,00, demonstrando o quanto o Brasil tinha investido no esporte. Entretanto, existe um aumento continuado do fomento de recursos ao esporte nos anos subsequentes fica caracterizado o direcionamento ainda maior das verbas para o esporte de alto-rendimento, especialmente para o Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos, criado em 2012, envolvendo as duas Secretarias – Esporte, Educação Lazer e Inclusão social (EELIS) e Esporte de Alto Rendimento (EAR) e os Grandes Eventos, incluindo assim numa mesma alínea do LOA, todas as manifestações esportivas, provavelmente, no intuito de não explicitar as despesas com os megaeventos esportivos.

Desde o período de sua criação no ano de 2003, podemos constatar a mudança de paradigmas até os dias atuais, e inicialmente sua estrutura administrativa contempla a pluralidade dos modelos de esportes, com Secretarias Nacionais que representam as manifestações esportivas vigentes na legislação. Todavia, no ano de 2011, com diversas alterações propagadas pelas leis e decreto já mencionados, observou-se uma estrutura organizacional e econômica que privilegia o esporte de alto-rendimento, os megaeventos esportivos e o futebol em prejuízos aos demais modelos esportivos.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

No ano de 2015 os investimentos voltaram a crescer no Ministério do Esporte, com recurso no valor de R$ 3.276.676.591,00, devido a necessidade de aumento de recurso pela proximidade das Olimpíadas Rio-2016, a qual exigiu investimentos na instalação de grandiosa infraestrutura, tanto que os recursos destinados a alínea 2035 (Programa Esporte e Grandes Eventos) da LOA para o Ministério do Esporte teve o montante de R$ 3.066.818.693,00, e só na implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016 foram gastos R$ 1.330.442.400,00.

Já no ano de 2016, os recursos foram destinados ao Ministério do Esporte que sofreu cortes de gastos drásticos em razão da crise econômica brasileira, sendo o montante do Ministério do Esporte no valor de R$ 1.553.789.621,00. Neste mesmo ano, a línea 2035, foi renomeada de Esporte, Cidadania e Desenvolvimento, com R$ 1.33.499.999,00, sendo previstos gastos no valor de R$ 841.999.999,00, somente na implantação de infraestrutura, preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016 e Gestão do Legado Esportivo.

Nesse contexto, infere-se que o Governo Federal e o Ministério do Esporte priorizaram o investimento no esporte de alto-rendimento com a ideia da Constituição Federal Brasileira de 1988, garantindo o lazer como direito social e prioridade de promoção do esporte educacional, conforme inciso II, do artigo 217, é totalmente negligenciada pelos governantes, políticos e dirigentes.

Segundo Athayde (2011):

> Os obstáculos hipertrofiam-se quando nos deparamos com um cenário no qual o financiamento público prioriza os interesses econômicos e políticos vinculados à prática esportiva de alto rendimento e à realização dos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016). (ATHAYDE, 2011, p.184)

Com a criação da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (2011), fundindo as Secretarias de Esporte e Lazer e de Esporte Educacional, teve o objetivo de implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte e de desenvolvimento a prática esportiva no sistema de ensino e do esporte de participação como forma de lazer.

As principais políticas são:

- Programa Esporte e Lazer na Cidade, Programa Segundo Tempo;
- Programa Segundo Tempo no Mais Educação (Esporte da Escola);

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

- Programa Pintando a Liberdade;
- Programa Pintando a Cidadania;
- Jogos dos Povos Indígenas;
- Rede Cedes (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer);
- CEDIME (Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte);
- Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social.

Entretanto, com a perda de poder político e recursos reduzidos a partir de 2011, com a ampliação de investimentos em esporte de alto-rendimento e junção das duas Secretarias de Esporte do Ministério visando a democratização das práticas esportivas.

Podemos constatar dessa maneira, a mudança clara dos paradigmas e ideais do Ministério do Esporte, do período da sua criação em 2003 até a nossa atualidade. No início, sua estrutura administrativa contempla a pluralidade de modelos de esporte, com Secretarias Nacionais que representavam as mais diversas manifestações esportivas vigentes na legislação.

As deliberações das conferências expressavam a emergência em não mais acontecerem investimentos estatais em confederações, federações e outras entidades que não fossem democráticas internamente e demonstram transparência na utilização de recursos públicos, e contrariamente sinalizavam para a priorização da ampliação do fomento do Estado às manifestações esportivas educacionais e de participação, o que inverte a lógica histórica brasileira de investimentos na manifestação esportiva de alto-rendimento.

A formulação da política do esporte e lazer, no período de 2003 e 2010, esteve articulada com grandes clubes brasileiros de futebol, Confederações Esportivas, tendo como destaque para a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e, também, seus correspondentes internacionais (FIFA e COI), concentrando não apenas os recursos financeiros, mas também poder que, articulam politicamente nas decisões para sediar megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olímpiadas, que se tornaram nas principais políticas de Estado do governo Lula “e deve se manter assim no governo Dilma, já que continua mobilizando muitos ministérios, investimentos e é um compromisso que não pode ser rompido pelo governo” (Castelan, 2011, p. 89).

Podemos observar um grande descompasso entre as premissas e ações aprovadas nas conferências e as implementadas e desenvolvidas pelo Governo Federal, podendo constatar ainda, que o intuito e proposta das políticas públicas de esporte são focadas nos megaeventos

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

esportivos que não são determinados esportivos que não foram determinados em momento e espaço de participação democrática.

As resoluções das Conferências Nacionais de Esporte são registradas e legalizadas em algumas leis, documentos e, até no texto da Política Nacional do Esporte, entretanto, não são traduzidas em investimentos governamentais na democratização da prática esportiva e garantia de direitos dos cidadãos brasileiros.

Podemos notar que os recursos provenientes das loterias são centralizados nos Comitês Olímpicos Brasileiro e estes os repassam para as entidades esportivas. Podemos constatar que, 15% do total de arrecadação, 2% dos jogos de apostas, às Confederações de Desporto Escolar e Universitário que, na teoria, organizam e fomentam o esporte educacional. Essas Confederações promovem competições esportivas em que todos os participantes são atletas de alto-rendimento que disputa competições durante o ano todo, representando clubes e federações esportivas em campeonatos e torneios de alto-rendimento, e podemos perceber que, estes atletas são altamente habilidosos e superdotados fisicamente, são privilegiados duas vezes pelo Estado brasileiro, enquanto outros não tem espaço, estrutura, material e nem mesmo incentivo para a prática esportiva, com escolas, praças, centros esportivos e outros locais sem equipamentos ou materiais e professores para estimular a prática esportiva.

Uma mudança significativa foi o alterado Bolsa-Atleta (Lei nº 10.891, 2004), criou dentre deste, o Programa Atleta Pódio, em que o atleta recebe R$ 15.000,00 mensais para treinar e competir representando o país em competições internacionais, demonstrando claramente que o programa Atleta Pódio tem por objetivo fomentar atletas de alto-rendimento, como se observa na exigência da lei (Lei nº 10.891, 2004):

> IV - Estar ranqueado na respectiva entidade internacional entre os 20 (vinte) primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica e ser indicado pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro - COB ou Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e o Ministério do Esporte. (BRASIL, 2004)

Na Lei nº 12.395, 2011, são criados outros programas e projetos de estímulo e fomento ao esporte de alto-rendimento em detrimento de esporte, lazer e educacional, dentre eles, o Programa Cidade Esportiva que, conforme define seu artigo 12, deixa muito claro o foco de investimento: “fica instituído o Programa Cidade Esportiva, destinado aos Municípios

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

brasileiros incentivadores do esporte de alto-rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, na forma do regulamento” (Lei n. 12.395, 2011).

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

CAPÍTULO III – AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA MELHORIA DA VIDA DOS ESTUDANTES

As Políticas Públicas do esporte podem desempenhar um papel crucial na melhoria da vida dos estudantes, com a promoção de benefícios que vão além do aspecto físico, como o desenvolvimento socioemocional, o aumento do desempenho escolar e a promoção da inclusão social. De acordo com o Ministério do Esporte (2015), as políticas esportivas são instrumentos fundamentais para garantir o acesso ao esportes e reduzir desigualdades.

Iremos tratar inicialmente a melhora da saúde física e mental, pois as práticas esportivas regulares contribuem na saúde dos estudantes, prevenindo doenças crônicas, melhorando o seu condicionamento físico, fortalecendo seus músculos e ossos e promovendo um estilo de vida mais ativo, pois o esporte, tem um impacto positivo na saúde mental, o que reduz o estresse, a ansiedade e a depressão, o que aumenta a autoestima e a confiança. Conforme destaca a Organização Mundial da Saúde (2022), as práticas regulares de atividades físicas estão associadas à redução do estresse, melhora do humor e maior sensação de bem-estar (p. 15).

No caso do desenvolvimento socioemocional, o esporte demonstra-se como uma ferramenta imprescindível para o desenvolvimento socioemocional dos estudantes, ensinando habilidades como cooperação, respeito, liderança e trabalho em equipe. Segundo o Ministério da Educação (2018), o esporte é um instrumento eficaz para o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, respeito, cooperação e trabalho em equipe (p. 44). Por meio das práticas esportivas, os estudantes aprendem a lidar com situações de desafios, superando obstáculos e interagindo de maneira mais positiva com seus colegas e com a comunidade em geral.

Se tratando do desenvolvimento acadêmico, diversos estudos demonstram que as práticas esportivas podem trazer melhorias no desempenho nos estudos, aumentando a concentração, a atenção e a capacidade de aprendizado, liberando neurotransmissores que atuam no cérebro, favorecendo a aprendizagem e o raciocínio. Segundo Ratey e Hagerman (2008), a atividade física estimula a liberação de neurotransmissores como dopamina e serotonina, que atuam diretamente nas funções cognitivas, favorecendo o raciocínio e a aprendizagem de quem prática.

As políticas públicas do esporte promovem a inclusão social, com a garantia de acesso à prática esportiva para todos os estudantes, independentemente de sua condição social, econômica ou física, sendo um instrumento importante para a redução das desigualdades e

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Conforme o Ministério do Esporte (2015), às políticas esportivas são um dos instrumentos fundamentais para a inclusão social, ao garantir o acesso de todos os cidadãos às práticas esportivas, independentemente de suas condições sociais ou físicas (p. 22).

O esporte é uma ferramenta fundamental na socialização dos indivíduos em todas as classes, sejam elas quais forem: religiosas, de gênero, étnicos, entre diversas outras presentes na sociedade. Segundo Freire (2001) destaca que a vivência esportiva pode ser entendida como uma forma de promoção à cultura, o respeito às diferenças e a solidariedade (p. 67). As práticas esportivas vão além de apenas benefícios à saúde. As crianças e adolescentes podem ser influenciadas de diversas maneiras, que contribuem na formação de seu caráter, de sua índole, o que pode trazer para o contexto do esporte moderno a interpretação de apenas uma instituição disciplinadora do corpo. Portanto, é preciso proporcionar a esse público uma reflexão crítica sobre o que lhes é passado, visto que os valores são introjetados e podem contribuir para a construção de sua identidade e personalidade, tornando-os sujeitos participativos ou meros expectadores da sociedade em que vivem.

As práticas esportivas tem um destaque bastante relevante no desenvolvimento social dos estudantes, que contribui em suas formações e habilidades e fortalecem os valores essenciais para sua convivência em sociedade

As atividades esportivas no contexto escolar promovem a interação entre os estudantes de diferentes origens, condições sociais, econômicas, suas diferentes habilidades, criando um ambiente propício para a troca de experiências e a aprendizagem mútua. Com este tipo de interação, pode auxiliar os estudantes no desenvolvimento da empatia e respeito que são características primordiais para a construção de relações sociais saudáveis. Devemos ressaltar que, o impacto bastante relevante do esporte no desenvolvimento social está ligado à capacidade de trabalhar em equipe e à valorização do esforço da coletividade.

Em meio às atividades esportivas, os estudantes aprendem a lidar com conflitos entre si, dividindo responsabilidades e reconhecendo o papel de cada indivíduo no sucesso de todo o grupo. Esses aprendizados, adquiridos com o contexto esportivo, podem refletir no comportamento dos estudantes fora do ambiente escolar, contribuindo para que possam se tornar cidadãos mais colaborativos e conscientes de seu importante papel na sociedade.

O esporte ainda pode estabelecer redes de apoio entre os alunos, incentivado pela criação de laços baseados na confiança e no compromisso mútuo, juntamente com isso, a

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

prática esportiva ainda tem um impacto positivo direto na construção de um senso de identidade e pertencimento. Com a participação em atividades esportivas inclusivas, os estudantes passam a se observar como membros primordiais de um determinado grupo, fortalecendo sua autoestima e reduzindo sentimentos de exclusão e não pertencimento.

A vivência esportiva é particularmente benéfica para os estudantes em situação de vulnerabilidade, que por diversas vezes estejam enfrentando barreiras no estabelecimento de vínculos sociais, e neste contexto, o esporte atuam como uma ponte forte, possibilitando que todos os que todos os participantes sejam valorizados pelas suas contribuições e habilidades específicas, independentemente de suas limitações.

A prática esportiva no contexto escolar tem o potencial da promoção da cultura de paz e de respeito à diversidade, pois, com equipes formadas por estudantes de diferentes condições físicas, cognitivas e socioeconômicas, os participantes têm a oportunidade de vivenciar a importância da inclusão e da igualdade de oportunidades. Com essas experiências são primordiais para a formação de cidadãos que possam compreender a importância da diversidade como uma riqueza imprescindível para a capacidade de atuação como agentes de transformação em suas comunidades.

Devemos destacar que o sucesso do esporte como ferramenta para o desenvolvimento social dos estudantes é dependente de uma mediação pedagógica intencional e bem planejada, sendo os professores/orientadores, atores principais na orientação das atividades esportivas que possam garantir que estas práticas pedagógicas não apenas promovam habilidades físicas, mas também possam incentivar valores tais como: cooperação, respeito, empatia e cidadania. Para isso, destaca-se que uma formação continuada dos educadores e a inclusão de práticas esportivas no planejamento pedagógico são estratégias indispensáveis (BRASIL, 2018). A formação continuada dos educadores e a inclusão de práticas esportivas no planejamento pedagógico devem ser estratégias indispensáveis na potencialização dos impactos positivos do esporte no desenvolvimento social dos estudantes.

O esporte ainda pode trazer habilidades como autorregulação, resiliência e confiança, pois os estudantes frequentemente são desafiados a lidar com situações de vitória e derrota, aprendendo assim a ter o gerenciamento de frustrações e a celebração de conquistas de maneira equilibrada, sendo um processo que contribui para o fortalecimento da inteligência emocional, o que permite que os estudantes possam desenvolver maior controle sobre suas emoções e reações em contextos diversos.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

As práticas esportivas colaborativas e inclusivas podem proporcionar aos estudantes a oportunidade do reconhecimento de suas habilidades e de perceber o valor de sua participação social, e mesmo os estudantes que enfrentam dificuldades em outras áreas da vida escolar e no seu desempenho acadêmico, frequentemente encontram no esporte um espaço para se destacar e poder construir sua autoimagem com maior positividade. E com essa valorização pessoal se torna ferramenta fundamental para que o estudante se desenvolva com um senso de motivação e autoconfiança, o que pode impactar positivamente em sua relação com os desafios da vida. Com essa valorização pessoal é uma ferramenta fundamental importante para o desenvolvimento de um senso de motivação e pertencimento, impactando positivamente sua relação com os desafios da vida (Ministerio da Cidadania, 2020).

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, podemos concluir que para o desenvolvimento integral dos estudantes por intermédio do esporte, na formação de suas competências para à cidadania pela, com a busca da inclusão e transformação social se faz necessário uma ampla difusão das políticas públicas voltadas para a formação dos indivíduos e sua transformação social.

O reconhecimento da importância do esporte, enfatizando a necessidade de priorizar o desenvolvimento dos indivíduos e não apenas para o desenvolvimento de suas habilidades técnicas nos esportes, mas sim, o ensino-aprendizagem dos estudantes no que diz respeito pelo corpo e sua cognição, suas emoções, suas interações sociais e seu desenvolvimento como um cidadão ativo e consciente.

Devemos destacar a evolução do sistema organizacional do Estado, que nos dias atuais têm maior preocupação em trazer para o seio da sociedade, sobre os conflitos e seus atores principais, educadores e estudantes, sendo estes que são os maiores afetados com ações dos Estado, principalmente dos cidadãos com menor poder aquisitivo.

Podemos destacar ainda que, existem inúmeras fragilidades no que diz respeito às políticas públicas para o esporte para os estudantes, mas ao mesmo tempo as políticas públicas do esporte e seus programas sociais de inclusão podem propiciar aos indivíduos maneiras de enfrentamento aos riscos e vulnerabilidades que se apresentam diante dos estudantes.

As políticas públicas para o esporte não são apenas para a formação educacional dos estudantes, elas abarcam outros conceitos na sociedade que podem transformar os estudantes em cidadãos mais conscientes e incluídos por meio de seus direitos constitucionalmente instituídos.

Constatamos que, para que as políticas públicas para o esporte possam alcançar os principais atores, ou seja, os estudantes, os governantes devem fazer que as leis estabelecidas sejam cumpridas, para a melhoria das condições estruturais dos estabelecimentos de ensino, juntamente com a formação continuada dos educadores/orientadores na construção de melhores estruturas no que se refere a formação dos estudantes por meio do esporte.

Vale destacar que o desenvolvimento das políticas públicas no mundo e no Brasil se desenvolveram principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América, visto que, no Brasil, seu desenvolvimento se deu a partir do governo de Getúlio Vargas em 1930, com um

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

crescimento mínimo, que perpassou pela ditadura militar iniciada em 1964, focado apenas na elevação do poderio do sistema político vigente.

Portanto, o estudo voltado para as políticas públicas para o esporte que foi realizado visa a melhoria dos estudantes em diversas áreas, não apenas do conhecimento, mas também, no contexto, cognitivo, emocional, social e de inclusão social, abarcando diversos problemas que os estudantes, principalmente, os estudantes com menor poder aquisitivo para que estes possam ser integrados em uma sociedade mais igualitária e justa.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

5 . REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, M. A. O. *Competitividade e inclusão social por meio do esporte*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 33, n. 1, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br.

BOURDIEU, P. *Sport and social class.* Sociology of Sport, v. 12, n. 2, 1978.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003**.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 maio 2003

BRASIL. Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jul. 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.529, de 21 de julho de 2011**.** Aprova a nova Estrutura Regimental do Ministério do Esporte. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 jul. 2011.

BENTO, Jorge Olímpio. O desporto e o corpo. Lisboa: Universidade do Porto, 2004.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRACHT, V. Educação Física & ciência: cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

BRACHT, V. *Educação Física & Sociedade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

BRACHT, V. *Sociologia Crítica do Esporte*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BRASIL, Lei 9615/98 de 24 de Março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília, 1998.

_____. Constituição Federal de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

_____. Manual de orientações esporte na escola. Brasília: Ministério do Esporte, 2013.

BRASIL. (2004). Ministério do Esporte. Esporte, lazer e desenvolvimento humano. Texto final. I Conferência Nacional do Esporte. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério do Esporte. Política Nacional do Esporte. Brasília: Ministério do Esporte, 2015.

BRASIL. Ministério do Esporte. Política Nacional do Esporte. Brasília: Ministério do Esporte, 2015.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTELAN, L. P. (2011). As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo Lula (2003-2010) (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física e Sociedade, da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, São Paulo.

CASTELLANI FILHO, L. *Política de Esporte Escolar no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

CASTRO, M. O. R. *Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.* Revista Movimento, v. 26, n. 3, 2020.

COAKLEY, J. *Sport and socialization.* Exercise and Sport Sciences Reviews, v. 21, n. 1, 1993.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Políticas Públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira. In: CANELA, Guilherme (Org.). Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo. São Paulo: Cortez, 2008. p. 66-89.

CAVANCANTI, Kátia Brandão. Esporte para todos: um discurso ideológico. São Paulo: IBRASA, 1984. p. 99.

Conselho Federal de Educação Física – CONFEF. Disponível em : www.confef.com.br

CUNHA. B. Z. A inclusão da criança em projetos sociais de educação pelo esporte. (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC. 2007.

DRUMMOND, Maurício. O esporte como política de Estado: Vargas. São Paulo: UNESP, 2009. p. 234-244.

DIAS, C. *Esportes, políticas públicas e inclusão social.* Revista Brasileira de Estudos do Lazer, v. 7, n. 2, 2020.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 201-232, mar./ abr. 2006.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

GRANDO, D.; MADRID, S. C. O. Programa Segundo Tempo, Programa Mais Educação e o incentivo ao esporte: um legado para as políticas públicas de esporte e lazer. Dossiê políticas públicas de esporte e lazer. Caderno de Educação Física e Esporte, Marechal Candido Rondon, v. 15, n. 2, p. 37-48, jul./dez. 2017.

GUARESCHI, N; COMUNELLO, L. N.; NARDINI, M.; HOENISCH, J. C. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R..; JAEGER, F. P. Violência, gênero e Políticas Públicas, Edipucrs, Porto Alegre, 2004.

IBGE. Prática de atividade física no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. 7. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

Lei n. 12.395, de 16 de março de 2011. Altera a Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei n. 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.

MARINHO, Alexandre et al. Programas sociais: efetividade, e ciência e e cácia como dimensões operacionais da avaliação. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Programa Segundo Tempo: Relatório de Resultados 2020. Brasília: Governo Federal, 2020.

OBLAK, Viktorija et al. Narrowing the definition of social inclusion in sport for people with disabilities through a scoping review. In: Healthcare. MDPI, 2023. p. 2292.

OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Política esportiva no Brasil: a construção de um modelo piramidal de esporte. Campinas: Autores Associados, 2001.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985). In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. (Org.). História do esporte no Brasil. São Paulo: UNESP, 2009. p. 387-416.

OMS, Organização Mundial da Saúde: Falta de atividade física pode causar doenças em 500 milhões de pessoas até 2030 | ONU News. 2020.

RATEY, John J.; HAGERMAN, Eric. Spark: the revolutionary new science of exercise and the brain. New York: Little, Brown and Company, 2008.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10

RATEY, John J.; HAGERMAN, Eric. Spark: The revolutionary new science of exercise and the brain. New York: Little, Brown and Company, 2008.

RODRIGUES, Marta Assumpção. Políticas públicas. São Paulo: Publifolha, 2010. p.14.

SOARES, Carmen Lúcia. Educação Física: raízes europeias e brasilidade. Campinas: Autores Associados, 1998.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.* 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, Leonardo. *Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20–45, jul./dez. 2006.

TUBINO, M. J. G. Dimensões sociais do esporte. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TUBINO, M. J. G. *Dimensões Sociais do Esporte*. São Paulo: Cortez, 2001.

TUBINO, Manoel Gomes. Teoria geral do esporte. São Paulo: IBRASA, 1987. p. 44.

ATHAYDE, P. F. A. (2011, jan.-jun.). O “lugar do social” na Política de Esporte do Governo Lula. Revista SER Social, Brasília, 13(28), 184-209.

MASCARENHAS, F. (2012, jan.-mar.). Megaeventos esportivos e educação física: Alerta de tsunami. Revista Movimento, Porto Alegre, 18(1), 39-67.

Versão Final Homologada
28/12/2026 14:10